

Para Ermírio, decisão é um retrocesso



Antônio Ermírio: custos subirão

SÃO PAULO — O empresário Antônio Ermírio de Moraes, informado pelo GLOBO, ontem à tarde, de que a Constituinte aprovava a jornada de seis horas, classificou a decisão como um retrocesso. Acrescentou que, agora, nada mais o surpreenderá, pois os parlamentares adotaram uma posição eleitoreira. Segundo números apresentados pelo Superintendente do Grupo Votorantim, o Brasil passa a ser um dos países em que se trabalha menos no mundo.

Ermírio previu que, no rastro do turno de seis horas, deverão ser confirmados o direito irrestrito de greve, a licença-paternidade de oito dias e outros itens que vão onerar a folha salarial das empresas, na média, em 60 por cento.

— Como se vê, caminhamos para um profundo retrocesso e a sociedade pagará a conta, com preços internos se elevando e as exportações sendo dificultadas.

Decisão do plenário desagrada à Fiesp

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) não recebeu bem a aprovação pelo plenário da Assembléia Constituinte do turno de seis horas. Na opinião de alguns empresários o novo sistema deverá onerar as folhas de pagamento das empresas dos setores metalúrgico, siderúrgico e químico — que operam dentro daquele regime.

O primeiro Vice-Presidente da entidade, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, considerou a aprovação do turno de seis horas como uma "medida retrógrada" que, na sua opinião, prejudica o desenvolvimento do País.

● EINAR KOK, Vice-Presidente

da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB), também acha que foi desastrosa a aprovação do turno de seis horas, principalmente para os setores metalúrgico e siderúrgico nacionais:

— Não entendo como os constituintes aprovaram essa medida que vai contra qualquer bom senso — comentou.

● JAKES ELUF, membro do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp, salientou que a conta será paga pela sociedade:

— Os preços dos produtos serão onerados, assim como os custos de produção para a exportação. A situação ficou difícil.

HORAS TRABALHADAS: COMO É EM CINCO PAÍSES

PAÍSES	HORAS/ANO	FÉRIAS	DIAS/ANO
CORÉIA	2208	6 dias/ano	276 dias
JAPÃO	1960	6 dias/ano	245 dias
EUA	1920	15 dias/ano	240 dias
URSS	1880	15 dias/ano	237 dias
CANADÁ	1860	14 dias/ano	232 dias
BRASIL	1632	30 dias/ano	204 dias

Obs. O cálculo das horas trabalhadas no Brasil levou em consideração o turno de seis horas, aprovado pela Constituinte.

Capital e trabalho em cena rápida

Após debater o turno de seis horas por toda a manhã com constituintes e lideranças sindicais, o empresário Jorge Gerdau enfrentou acirrada discussão com o Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Rio de Janeiro, Luís Carlos Machado.

— Você acha que é bom seis horas, quando os demais países trabalham oito horas por dia? Precisamos trabalhar mais.

— Para enriquecer os empresários?

— retrucou o sindicalista.

— Melhor enriquecerem, porque ha-

verá mais capital para investir e criar mais empregos — disse Gerdau.

— A nossa visão é diferente, o que é bom para o empresário não é bom para o trabalhador — sentenciou o sindicalista.

Gerdau argumentou que o interesse dos trabalhadores não é exatamente o interesse na Nação.

— Mas quem move o Brasil não são os trabalhadores? — perguntou Machado.

— Junto com o capital — concluiu Gerdau.

Para empresário, decisão trará caos

PORTO ALEGRE — "O País marcha para o caos" — afirmou ontem o Presidente da Associação do Aço do Rio Grande do Sul, José Zamprogna, ao tomar conhecimento da decisão da Constituinte de manter no texto o turno de seis horas de trabalho.

Segundo ele, para algumas empresas, principalmente do setor metalúrgico, que necessitam manter os fornos ligados 24h por dia, aumentar o seu quadro de funcionários com mais uma turma trará tantas dificuldades que pode até ser considerado uma calamidade.

Zamprogna acha que o Brasil, a exemplo de outros países, deveria era aumen-

tar sua carga de trabalho para atingir o desenvolvimento e a riqueza necessários. Na sua opinião, o que a Constituinte fez foi tumultuar o trabalho e incentivar os operários para que reivindiquem novas reduções na jornada de trabalho.

O empresário afirmou que o turno de seis horas não foi o único erro da Constituinte. Segundo Zamprogna, a licença de 120 dias para a gestante provocará a discriminação da mulher no trabalho.

José Zamprogna disse ainda que as principais causas das dificuldades brasileiras advêm do fato de o País ter uma população pobre, riqueza escassa e um Governo que gasta demais.

ABC paulista aplaude a aprovação

SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP — O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Vicente Paulo da Silva, afirmou ontem que a aprovação do turno de seis horas e de outros direitos sociais no segundo turno é "consequência da mobilização dos trabalhadores nas últimas semanas, que foram às ruas e deixaram clara a sua disposição de luta".

— Apesar de estarmos contentes com essas conquistas, acho que isto não é motivo para festa. Temos que recordar que questões importantes como a reforma agrária, a estabilidade no emprego e a jornada de 40 horas semanais não foram aprovadas — acrescentou.

Segundo ele, o turno de seis horas de-

verá beneficiar cerca de nove mil dos 27 mil metalúrgicos da Volkswagen, cinco mil da Mercedes Benz e vários outros em diversas empresas da cidade.

No Sindicato dos Químicos do ABC, as estimativas são de que o turno de seis horas beneficiará cinco mil trabalhadores do pólo petroquímico da região, onde funcionam a Petroquímica União, a Refinaria de Capuava, a Polibrasil, a Poliolefinas e a Chevron, entre outras.

Na Baixada Santista a aprovação foi saudada por metalúrgicos e portuários — estes com a jornada de seis horas já assegurada há anos. Quanto aos metalúrgicos, cerca de dois mil deles trabalham atualmente em turnos de revezamento de oito horas.

Festival do caradurismo

DURANTE o regime autoritário, os parlamentares se auto-concederam uma escabrosa isenção de imposto de Renda. E para que "a coisa" tivesse trânsito em outras áreas do poder, a liberalidade foi silenciosamente estendida a militares e magistrados.

UM escritor brasileiro detectou nesse privilégio "o ponto de gangrena" que passou a envenenar, virulentamente, os ares de nossa vida pública.

A PARTIR daí, generalizou-se, nos arraiais do carreirismo político, a idéia de que qualquer repartição ou empresa estatal deve ser entendida como uma serra-pelada, aberta à mais intensa e extensa exploração — e espoliação — por parte de seus donatários ou "servidores".

COMO num país de formação intelectual primária "o exemplo vem

de cima", também os "atarefados" prefeitos e vereadores de muitos Municípios brasileiros estão buscando suas fórmulas de se auto-privilegiarem. Alguns premiam-se de todas as formas: altos salários, mordomias, e principalmente as aposentadorias vitalícias, etc.

COMO acabam de fazer o Prefeito de Nova Mógica e os Vereadores de Vespasiano, em Minas Gerais.

ESTAMOS em pleno festival do caradurismo. Sua programação de "eventos" é registrada quase diariamente nos jornais brasileiros.

NÃO demora e será instituído o prêmio "cara-de-pau", versão ouro e prata, para fazer jus à performance dos que acumularem mais benefícios para si mesmos, ou para as próprias famílias.

Prisão militar não precisa de mandado

BRASÍLIA — A exclusão da prisão de autores de crimes militares da exigência de mandado judicial, aprovada na sessão de ontem da Constituinte, foi, para os assessores parlamentares das Forças Armadas, apenas mais uma vitória. Todas as seis questões em que estiveram envolvidos — da anistia ao papel das Forças Armadas — foram resolvidas a seu favor.

Bem instalados no 25º andar do Anexo I do Senado, os assessores parlamentares do Exército, Marinha, Aeronáutica e Emfa acompanharam os trabalhos desde a fase das subcomissões. Quando preciso, dirimiram dúvidas de gabinete em gabinete. Nas votações importantes, mantiveram-se no plenário.

A maior vitória dos assessores foi obtida na discussão da anistia, quando

conseguiram impedir a reintegração ativa dos militares cassados e o ressarcimento dos anos de punição. Quanto ao delineamento do papel constitucional das Forças Armadas, sua atuação contribuiu para assegurar-lhes o direito e o dever de garantir a ordem interna, quando solicitada pelos poderes constitucionais.

Na competência da Justiça Militar, convenceram os parlamentares a manter o julgamento dos crimes militares, quando a esquerda propunha apenas o julgamento de "crimes militares praticados por militares".

Manter a aviação civil vinculada ao Ministério da Aeronáutica foi uma vitória específica deste Ministério, assim como a permanência da Polícia Militar como auxiliar do Exército o foi da assessoria da Força Terrestre.